

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA
PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO/PRIMEIRA PARTE - 30.08.1998

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Instruções:

- 1. para elaborar a petição, utilize no máximo três páginas da folha de respostas.*
- 2. para responder as questões 2 e 3, utilize no máximo uma página da folha de respostas.*

José da Silva, cidadão residente e domiciliado no Município de Belo Horizonte, prestou, em 10 de setembro de 1997, concurso público para o cargo de Agente Administrativo da “Universidade Federal de Belo Horizonte”(UNIBEL), autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto (MEC). Foi aprovado em quinto lugar, mas do edital do concurso constava a existência de apenas quatro vagas.

O concurso tinha validade de 01 (um) ano e durante este período surgiu outra vaga para o cargo de Agente Administrativo. A Universidade resolveu, então, realizar novo concurso, ao fundamento de que Instrução Normativa do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) impede que se nomeiem candidatos além do número de vagas constantes do edital do concurso.

Realizado o novo concurso em abril de 1998, foi aprovado em primeiro lugar Ascânio Rosa, domiciliado e residente na cidade de São Paulo, sendo nomeado em 15 de maio de 1998 pelo Reitor da UNIBEL, Prof. Clarismundo Ferreira.

Em 20 de maio de 1998, quando ainda não havia ocorrido a posse de Ascânio, você foi procurado por José da Silva, que deseja ingressar em juízo para impedir a investidura de Ascânio Rosa e garantir a sua investidura no cargo.

Você deverá elaborar a petição inicial da ação de rito especial cabível no caso, atentando para o fato de que Ascânio tomará posse em exercício no dia 28 de maio de 1998.

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO ADMINISTRATIVO/SEGUNDA PARTE -30.08.1998

1ª - Questão

O Hospital Municipal de Crisolândia, entidade autárquica, comprou da Distribuidora Bom Remédio Ltda., mediante processo licitatório, o medicamento "A". Posteriormente à entrega, ao recebimento do produto e ao pagamento do preço, o Hospital descobriu, em processo regular, que o medicamento fornecido pela distribuidora era falsificado. Como procurador da Autarquia, consultado sobre as providências jurídicas que a administração desta deveria adotar, qual seria sua resposta, fundamentadamente?

2ª - Questão

Considere que um ônibus da Viação Bom Destino Ltda., concessionária de serviço público de transporte urbano, quando se encontrava em serviço, chocou-se contra o muro da residência de Tenório da Silva Sauro, causando elevados prejuízos materiais. A perícia técnica apurou que a causa do acidente foi a perda de freios do ônibus, os quais haviam sido reparados com negligência, no dia anterior ao sinistro, por João José de Souza, insolvente dono de uma oficina de fundo-de-quintal. Constituído(a) advogado(a) de Tenório, qual ação você proporia, contra quem e com base em que fundamentos?

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO CIVIL / PRIMEIRA PARTE - 30.08.1998

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Maria José de Oliveira, em 30.04.1997, foi cercada por seguranças, no interior do Supermercado "BACANÃO" Ltda. situado nesta capital, tendo sido conduzida, na presença de várias testemunhas, a uma sala reservada, para que confessasse haver furtado uma garrafa de bebida.

Na verdade, ela já havia até feito o pagamento do preço da referida garrafa, nada havendo de ilícito em sua conduta.

Na ocasião, foi violentamente agredida, resultando-lhe um braço fraturado, além de outros ferimentos, tendo sido atendida em hospital particular, inclusive com internação.

No ato, foi quebrado seu relógio, que ficou inutilizado, havendo desaparecido sua bolsa.

Faça a petição inicial cabível, atuando na defesa dos direitos de Maria José de Oliveira, no que concerne à responsabilidade civil.

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG / PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO CIVIL / SEGUNDA PARTE: 30.08.1998

1ª Questão

Você foi procurado por um cliente, que relatou haver participado de acidente de veículos, reconhecendo ser o culpado pelo abaloamento de automóvel de um terceiro.

Seu cliente quer pagar a quantia que considera devida para reparação dos prejuízos, pois tem oficina mecânica e sabe que o conserto do veículo danificado vai custar, no máximo, R\$ 5.000,00.

Entretanto, o dono do carro que sofreu a batida exige indenização de R\$ 10.000,00.

Seu cliente o procurou, dizendo que deseja resolver o problema, depositando em juízo o valor que considera devido: R\$ 5.000,00.

Qual a posição que você adotaria?

Justifique e esclareça.

2ª Questão

Seu cliente tem o domínio de um apartamento e nele reside, há mais de 06 (seis) anos.

A viúva do antigo proprietário, que o vendeu a seu cliente, examinando uma escritura de compra e venda anterior à alienação, arrolou este bem no inventário aberto com o falecimento de seu marido.

Qual a medida judicial a ser adotada, na defesa dos direitos de seu cliente, que consta ser o proprietário do apartamento, no registro de imóveis respectivo? Justifique.

3ª Questão

João Alvarenga, viúvo, 3 (três) filhos maiores, residia sozinho e, nos 36 (trinta e seis) meses antecedentes ao seu óbito, ocorrido no final de 1997, teve em sua campanha, sob seu teto, uma mulher, Feliciano, também viúva, aposentada. Após a morte de João, seus filhos procuraram um advogado, relatando que Feliciano se recusava a deixar o imóvel do pai deles, alegando possíveis direitos decorrentes de uma união estável. Seria cabível a tese de Feliciano? Na hipótese negativa, que medida deveria ser tomada pelos herdeiros, para afastá-la do imóvel? Fundamentar.

4ª Questão

Os menores púberes, sendo relativamente capazes, só praticam atos jurídicos válidos se forem assistidos por seus genitores. A afirmativa está correta? Fundamentar.

5ª Questão

Pedro e Marina, maiores, casaram-se perante a autoridade civil competente, no Cartório do Registro Civil de sua cidade. Antes das núpcias, foram ao Cartório de Notas, da mesma localidade, e firmaram um pacto antenupcial, mas não juntaram traslado da escritura no processo de habilitação para o casamento. Assim, a certidão de casamento, que hoje apresentam, consigna que suas núpcias foram celebradas sob o regime da comunhão parcial de bens, quando, na verdade, pelo pacto, os nubentes haviam optado pela separação total. É cabível alguma providência ou a situação é irreversível?

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO PENAL / PRIMEIRA PARTE - 30.08.1998

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Zeferino da Silva, brasileiro, casado, vereador e líder político de sua região, residente e domiciliado na Rua do Ouvidor, 22, centro, na cidade de Jabaguara, neste estado, viu-se vítima de uma campanha atentatória à sua honra, porquanto Natalina do Espírito Santo, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada na mesma cidade de Jabaguara, na Rua dos Orixás, 100, bairro das Mandingas, alardeou pela localidade, sobretudo nos pontos mais freqüentados, que Zeferino era um “ladrão”, vez que, “embolsava verbas não só da Câmara Municipal, como também da Prefeitura”.

Demais disso, disse ainda “.....que Zeferino, além de ser o maior banqueiro de bicho da cidade, não respeitava seu próprio casamento, pois tinha várias amantes, sendo inclusive, pai biológico de várias crianças nascidas na região”.

Tomando conhecimento das afirmações, posto que várias foram as testemunhas que as ouviram, Zeferino, o procura como Advogado, contratando-o para que sejam tomadas as providências legais em Juízo, vez que entendeu você da desnecessidade do inquérito policial.

Em tempo hábil, você toma a medida cabível à hipótese, redigindo a peça pertinente.

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA: DIREITO PENAL / SEGUNDA PARTE - 30.08.1998

1ª Questão

Diante de sua constituição como Advogado no caso narrado no problema anterior, sua primeira providência foi solicitar de seu cliente, o instrumento de mandato, que ele assinou sem maiores questionamentos. Contudo, tal instrumento é específico.

PERGUNTA-SE:

O que deve conter a Procuração nas hipóteses como a narrada acima?

2ª Questão

Tramitando regularmente o feito, manifesta Natalina do Espírito Santo a intenção de opor a exceptio veritatis.

PERGUNTA-SE:

É possível na hipótese narrada tal pleito?

Qual o momento processual de sua oposição se cabível?

3ª Questão

Negado habeas corpus pelo Tribunal de Alçada, o advogado impetrante, inconformado, quer recorrer para o tribunal competente. Um dos estagiários do escritório sugeriu que se requeresse um novo habeas corpus, agora a Tribunal Superior, em lugar do recurso próprio, uma vez que o paciente está preso e o recurso dependeria da publicação do acórdão. Mas outro estagiário objetou que essa manobra de substituição do recurso por habeas corpus originário estaria proibida e foi repudiada pela jurisprudência.

Esclareça a questão sobre que divergem os estagiários, indicando, também, qual seria o recurso próprio e qual o tribunal competente para seu julgamento.

4ª Questão

Certo advogado, por não militar na área criminal, contratou seus serviços profissionais com a finalidade de ver processado criminalmente o vizinho que lhe havia injuriado. (art. 140- Caput. - do Cód.Penal). Preocupado em demonstrar judicialmente o legítimo interesse de agir, você requer a instauração de Inquérito Policial onde indica testemunhas a serem ouvidas.

A instauração do referido Inquérito Policial foi requerida 05 (cinco) meses e 10 (dez) dias após o dia em que o ofendido veio a saber quem foi o autor do crime.

Retornando 05 (cinco) dias depois àquela Delegacia, você é informado pelo policial escrivão que o inquérito policial só seria concluído dentro de aproximadamente 25 (vinte e cinco) dias, e que o prazo decadencial para a propositura da ação penal havia sido interrompido com a instauração do Inquérito Policial.

Pergunta-se:

Diante destes fatos, qual atitude você tomaria para a propositura da queixa-crime? Fundamente.

5ª Questão

Você recebeu cheque como forma de pagamento à vista por serviços advocatícios prestados a determinado cliente. Levado ao banco, referido cheque não possuía suficiente provisão de fundos, motivo pelo qual não foi compensado. Sentindo-se lesado, você dirigiu-se à Delegacia de Polícia e requereu instauração de Inquérito Policial com a finalidade de se apurar a eventual responsabilidade criminal do emitente do cheque. Entretanto, a Autoridade Policial indeferiu o pedido com a alegação de que a conduta descrita seria atípica, cabendo apenas a propositura da ação de execução no juízo cível.

Diante do que fora narrado, pergunta-se:

a) Está correto o entendimento da Autoridade Policial?

b) Caso você não concorde, qual o recurso cabível contra indeferimento?

Respostas FUNDAMENTADAS.

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA:DIREITO DO TRABALHO/PRIMEIRA PARTE -30.08.1998

REDAÇÃO DE PEÇA PROFISSIONAL

Antônio da Silva, brasileiro, casado, industrial, domiciliado em Belo Horizonte e residente na rua Cambuá, Nº 54, Bairro Céu Azul, CEP 30720-000, portador da CTPS 78920, série 289/MG, inscrito no CPF/MF sob o Nº . 466.101.305-76, ajuizou, perante a 1ª JCJ de Belo Horizonte, ação trabalhista, em 15 de junho de 1998, contra GTP Engarrafadora Limitada, com endereço na Av. Helena Vasconcelos, Nº 1.780, Contagem, inscrita no CGC/MF sob o Nº 73.081.150/0025-41. Elaborar a resposta da empresa, que deverá ser apresentada na audiência de conciliação, instrução e julgamento a realizar-se em 10 de setembro de 1998, considerando-se os seguintes dados:

- 1 - O autor foi admitido em Belo Horizonte, em 02 de março de 1991 e dispensado em 27 de abril de 1998, em Pouso Alegre;*
- 2 - A ação foi protocolizada em 15 de junho de 1998;*
- 3 - Exercia a função de supervisor de vendas e recebia o salário mensal de R\$ 1.400,00;*
- 4 - O contrato de trabalho previa trabalho fora da Capital;*
- 5 - Trabalhou em Sete Lagoas, Lavras, Alfenas e Pouso Alegre, mantendo o domicílio em Belo Horizonte. As despesas eram pagas pela empresa;*
- 6 - Utilizava veículo de propriedade da empresa para o exercício das funções ;*
- 7 - A jornada diária fixada pela empresa era de seis dias, das 09 às 12 horas e das 14 às 18 horas;*
- 8 - Não assinava ponto;*
- 9 - Quando o pagamento das verbas resilitórias, teve assistência do sindicato da categoria.*

Postula, na inicial, as seguintes verbas, por todo o período de vigência do contrato de trabalho:

1 - *Diferenças salariais, em razão de pagamento a menor de salário, inclusive a dobra salarial prevista no art. 467/CLT;*

2 - *Horas extras, duas horas diárias, com adicional de 60%, e integração na remuneração;*

3 - *Pagamento de parcela, a título de sobreaviso, pelo uso permanente de BIP, equivalente a 1/3 da remuneração;*

4 - *Adicional de 25% do salário, por força do artigo 469, parág. 3º, da CLT, em razão de transferência provisória de Belo Horizonte para Sete Lagoas, Lavras, Alfenas e Pouso Alegre;*

5 - *Juros e correção monetária;*

6 - *Honorários de advogado.*

EXAME DE ORDEM DA OAB/MG/PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL
ÁREA - DIREITO DO TRABALHO/SEGUNDA PARTE - 30.08.1998

1ª Questão

Em audiência trabalhista, o MM. Juiz Presidente indeferiu a tomada de depoimento de uma testemunha do autor, acolhendo a contradita levantada pelo empregador, sob a alegação de que a testemunha tinha demanda trabalhista contra a empresa, ainda sub judice. Diante disso, quais as providências deve tomar o advogado do empregado?

2ª Questão

Da decisão do Juiz Presidente da Junta de Conciliação e Julgamento que rejeita, in limine, os Embargos à Execução, qual o recurso a ser interposto?

3ª Questão

Da decisão do Tribunal Regional do Trabalho, proferida em Dissídio Coletivo, qual o recurso pode ser exercitado pelo Sindicato vencido?

4ª Questão

Quais os percentuais ditados pela CLT em relação ao adicional de insalubridade?

Os mesmos são pagos incidindo sobre o salário contratual ou sobre o salário mínimo?

Fundamente o direito ao adicional de insalubridade.

5ª Questão

Quais os recursos admissíveis no Processo do Trabalho? Quais os prazos de admissibilidade de cada um deles? Quais os pressupostos recursais de admissibilidade dos recursos na Justiça do Trabalho para a empresa?